

www.pwc.com.br

Banco Société Générale Brasil S.A.

***Demonstra es financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrac es financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrac es do resultado, do resultado abrangente, das muta es do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informa es elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrac es financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas opera es e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrac es financeiras". Somos independentes em rela o ao Banco, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrac es financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Outras informa es que acompanham as demonstrac es financeiras e o relatório do auditor

A administra o do Banco   responsável por essas outras informa es que compreendem o Relatório da Administra o.

Nossa opinião sobre as demonstrac es financeiras não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Banco Société Générale Brasil S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstra es financeiras, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra es financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administra o e da governança pelas demonstra es financeiras

A administra o do Banco   responsável pela elabora o e adequada apresenta o das demonstra es financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra es financeiras livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das demonstra es financeiras, a administra o   responsável pela avalia o da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das demonstra es financeiras, a não ser que a administra o pretenda liquidar o Banco ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das demonstra es financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstra es financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstra es financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes. As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstra es financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distor o relevante nas demonstra es financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec o de distor o relevante resultante de fraude   maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifica o, omissão ou representa es falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.




Banco Société Générale Brasil S.A.

- Avaliamos a adequa o das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga es feitas pela administra o.
- Concluímos sobre a adequa o do uso, pela administra o, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela o a eventos ou condi es que possam levantar d vida significativa em rela o   capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten o em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulga es nas demonstra es financeiras ou incluir modifica o em nossa opinião, se as divulga es forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condi es futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresenta o geral, a estrutura e o conteúdo das demonstra es financeiras, inclusive as divulga es e se essas demonstra es financeiras representam as correspondentes transa es e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresenta o adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informa es financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstra es financeiras do Banco. Somos responsáveis pela dire o, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.
- Planejamos e executamos a auditoria do Banco para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informa es financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstra es financeiras do Banco. Somos responsáveis pela dire o, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do Banco e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constata es significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Maria José Cury
Signed by: MARIA JOSÉ DE MULA CURY/1035170999
CRL: 1035170999
Signed Date: 25/03/2025 08:46:00
Signing Time: 25 de março de 2025 12:20 BRT
  ICP-Brasil, CUI, Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Inseri: AC SERVIDA RFB v3
ICP-Brasil
B00F508E0102F463

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale (“Conglomerado”) tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado Financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada Société Générale Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 atingiu o valor de R\$ 1,62 bilhão (R\$ 1,72 bilhão em 31 de dezembro de 2023) e o índice de basileia alcançou 39,08% (43,73% em 31 de dezembro de 2022). O Banco apresentou um prejuízo de R\$ 66,0 milhões no exercício de 2024 (lucro de R\$ 43,7 milhões no exercício de 2023).

Em 11 de abril de 2024 foi divulgado que o Grupo Société Générale (“Grupo SG”) assinou a Carta de Intenção (ou MoU – Memorandum of Understanding) com o Grupo BPCE (um dos maiores grupos bancários na França), referente à intenção de venda das atividades da Société Générale Equipment Finance, que inclui a Société Générale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil. A venda foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2025, com condições. Em 28 de fevereiro de 2025 houve o closing date da venda da Société Générale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.945/21, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental e climática na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo SG contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do

financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social, ambiental e climática (PRSAC) encontra-se no endereço eletrônico do sítio no Brasil:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2023/06/PRSAC-Grupo-V6-maio-23.pdf>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.860/20, o Grupo SG designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes e o Canal de Denúncias aos seus funcionários (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.859/20), por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet e intranet do Banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administração do Grupo Sociéte Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 25 de março de 2024

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN
MÁRIO MARCOS LOPES
AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD
EDUARDO YASUDA IRIE
ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA
GUSTAVO DE MAGALHÃES REZENDE

CAROLYNE MOURA MUNHOZ
PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

Contador
CAIO VINICIUS MARQUES - CRC - SP 1SP2932239/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Disponibilidades	5	16.025	40.178
Instrumentos financeiros		23.829.656	18.920.395
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5 e 6	5.448.365	3.029.885
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	205.212	124.739
Títulos e valores mobiliários carteira de disponível para venda	7	600.214	701.294
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.909.115	1.123.175
Relações interfinanceiras		1.194	1.322
Negociação e intermediação de valores	8.a	16.223	27.829
Carteira de câmbio	11	15.317.346	13.578.456
Operações de crédito - setor privado	9.a	50.247	263.506
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	166.576	70.189
Investimento mantido para venda em 2024	14	115.164	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(12.811)	(8.794)
Ativo fiscal diferido	19.b	82.653	64.447
Outros ativos		484.930	498.612
Rendas a receber		319	120
Dividendos		46	76
Diversos	12.a	484.565	498.416
Investimentos		17	93.910
Participações em controlada	14	-	93.891
Outros investimentos		17	19
Ativo imobilizado		5.125	5.539
Imobilizado de uso		20.022	18.389
Depreciações		(14.897)	(12.850)
Total do ativo		24.405.595	19.614.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Depósitos e demais instrumentos financeiros		22.332.871	17.497.814
Depósitos	15	1.807.268	766.279
Captações no mercado aberto	16	594.474	180.407
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.236.034	712.089
Obrigações por empréstimos e repasses	17	3.025.461	2.226.264
Carteira de câmbio	11	15.661.382	13.602.960
Relações interdependências		8.186	9.633
Negociação e Intermediação de Valores	8.b	66	182
Provisões		307.848	255.704
Fiscais e previdenciárias	12.b	38.811	2.763
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		906	519
Passivo contingente	12.d e 13	216.403	207.077
Diversas	12.c	51.728	45.345
Passivo fiscal diferido	12.b	147.454	140.833
Patrimônio líquido		1.617.422	1.719.936
Capital	18.a	2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	25	4.557	3.569
Reserva de lucros		12.961	8.207
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda		(35.742)	1.677
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa		11	96
Prejuízos acumulados		(1.321.294)	(1.250.542)
Total do passivo e patrimônio líquido		24.405.595	19.614.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2024	2023	
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		881.418	1.912.966	298.296
Operações de crédito		21.279	48.784	52.652
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		411.968	746.879	651.582
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	448.171	1.117.303	(405.938)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(782.963)	(1.676.337)	(123.800)
Operações de captações no mercado		(138.906)	(237.980)	(138.439)
Operações de empréstimos e repasses	17	(430.850)	(967.895)	124.647
Resultado de operações com câmbio		(208.357)	(463.920)	(111.325)
(Constituição)/Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(4.850)	(6.542)	1.317
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		98.455	236.629	174.496
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(136.503)	(253.356)	(107.316)
Receitas de prestação de serviços		22.768	32.208	27.905
Rendas de tarifas bancárias		5	5	-
Resultado de participações em controladas	14	6.055	4.799	12.000
Despesas de pessoal		(57.618)	(105.114)	(92.791)
Outras despesas administrativas	21	(31.848)	(61.606)	(55.988)
Despesas tributárias		(24.576)	(35.303)	(16.466)
Outras receitas operacionais	22	24.326	47.487	134.895
Outras despesas operacionais	23	(75.615)	(135.832)	(116.871)
RESULTADO OPERACIONAL		(38.048)	(16.727)	67.180
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		4	(15)	(1)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		(38.044)	(16.742)	67.179
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(22.982)	(49.256)	(23.458)
Provisão para imposto de renda corrente		(14.236)	(16.581)	(939)
Provisão para contribuição social corrente		(11.633)	(13.574)	(633)
Imposto diferido		2.887	(19.101)	(21.886)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		(61.026)	(65.998)	43.721
(Prejuízo)/Lucro líquido por ação	27	(60,01)	(64,90)	42,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	2024		2023
		<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>(61.026)</u>	<u>(65.998)</u>	<u>43.721</u>
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		<u>(24.659)</u>	<u>(37.504)</u>	<u>21.345</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		<u>(24.667)</u>	<u>(37.419)</u>	<u>21.745</u>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		<u>(44.849)</u>	<u>(68.035)</u>	<u>39.536</u>
Imposto de renda		<u>20.182</u>	<u>30.616</u>	<u>(17.791)</u>
Hedge de Fluxo de caixa		<u>8</u>	<u>(85)</u>	<u>(400)</u>
Hedge de Fluxo de caixa		<u>13</u>	<u>(156)</u>	<u>(725)</u>
Imposto de renda		<u>(5)</u>	<u>71</u>	<u>325</u>
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		<u>460</u>	<u>988</u>	<u>10</u>
Plano de Benefícios	25	<u>460</u>	<u>988</u>	<u>10</u>
Pagamento baseado em ações		<u>460</u>	<u>988</u>	<u>10</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>(85.225)</u>	<u>(102.514)</u>	<u>65.076</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.956.929	3.559	273	(19.573)	(1.286.329)	1.654.859
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	50	-	-	-	50
- Controladas		-	(40)	-	-	-	(40)
Reserva legal de controlada	19.c	-	-	401	-	(401)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	21.346	-	21.346
Reserva de lucros em controlada		-	-	7.533	-	(7.533)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.721	43.721
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.956.929	3.569	8.207	1.773	(1.250.542)	1.719.936
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.956.929	3.569	8.207	1.773	(1.250.542)	1.719.936
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	576	-	-	-	576
- Controlada		-	412	-	-	-	412
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(37.504)	-	(37.504)
Reserva de lucros		-	-	4.754	-	(4.754)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(65.998)	(65.998)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		2.956.929	4.557	12.961	(35.731)	(1.321.294)	1.617.422
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		2.956.929	4.097	6.951	(11.072)	(1.254.258)	1.702.647
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	385	-	-	-	385
- Controlada		-	75	-	-	-	75
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(24.659)	-	(24.659)
Reserva de lucros		-	-	6.010	-	(6.010)	-
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(61.026)	(61.026)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		2.956.929	4.557	12.961	(35.731)	(1.321.294)	1.617.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024		2023
		2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercício		(61.026)	(65.998)	43.721
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		749.312	1.494.704	(212.977)
Depreciações	21	1.237	2.466	1.651
Provisão (reversão) para outros créditos e créditos de liquidação duvidosa	10	4.850	6.542	(1.317)
Atualização de depósitos judiciais	22	(12.941)	(25.390)	(33.087)
Constituição (reversão) de provisão para riscos	13 (ii)	2.006	9.328	(74.245)
Levantamento de depósitos judiciais	23	-	-	82.186
Acordos judiciais		(3.844)	(3.844)	-
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	22	(2.010)	(4.848)	(8.756)
Impostos diferidos	19	(2.887)	19.101	21.886
Provisão para perdas em investimentos		53.650	53.650	-
Distribuição de dividendos em controlada	14	45	45	76
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		520.864	1.213.939	(168.310)
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		73.349	71.852	(34.093)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		145.322	193.347	(8.329)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		(24.199)	(36.516)	21.484
Atualização de plano de ações	25	(75)	(169)	(123)
Resultado de participação em controlada	14	(6.055)	(4.799)	(12.000)
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)		688.286	1.428.706	(169.256)
Variação de ativos e obrigações		(70.564)	511.402	(99.560)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.131.228)	(2.410.229)	940.162
Aumento em títulos e valores mobiliários		291.784	(1.722)	31.815
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências		(3)	(2.695)	(2.417)
Aumento em operações de crédito		146.991	182.078	42.299
(Aumento) redução em outros créditos		8.347.306	432.308	(508.308)
Aumento em depósitos		132.061	1.040.989	85.974
Aumento (redução) no mercado aberto		1.051.633	2.268.710	(954.718)
Aumento (redução) em outras obrigações		(8.431.711)	(473.177)	516.756
Impostos pagos		(19.519)	(26.584)	(14.727)
Juros pagos (recebidos) sobre operações		(41.921)	(65.264)	45.023
Aumento em Instrumentos financeiros derivativos		(415.958)	(433.013)	(281.419)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		617.722	1.940.108	(268.816)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controlada		(70.000)	(70.000)	-
Aquisição de imobilizado de uso		(247)	(2.082)	(3.547)
Alienação de imobilizado de uso		-	32	5
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento		(70.247)	(72.050)	(3.542)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		140.301	(62.903)	(647.041)
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento		140.301	(62.903)	(647.041)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO		687.776	1.805.155	(265.568)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		3.545.112	2.427.733	2.693.300
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5	4.232.888	4.232.888	2.427.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale (“Grupo SG” ou “Matriz”), companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada Société Générale Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil (“SGEF Brasil”) vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Grupo SG.

A SGEF Brasil foi vendida para o Grupo BPCE. A negociação iniciou em abril de 2024 e finalizou em fevereiro 2025 (Nota explicativa nº 14).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367, de 25/01/2024, estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras são divulgadas no sítio eletrônico do Banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;

- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 28 - Propriedade para Investimento - homologado pela Resolução CMN nº 4.967/21;
- m) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- n) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- o) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- p) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; e
- q) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 24 de março de 2025.

2.1 Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente contabilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023.

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

2.2 Moeda funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é moeda funcional do Banco.

2.3 Resoluções do CMN que entrarão em vigor em período futuros e são aplicáveis às Demonstrações Financeiras:

- Resolução CMN nº 4.966/2021 – com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). Para os requisitos relacionados a contabilidade de hedge, o início de vigência definido pelo Banco Central é em 1º de janeiro de 2027. As Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2021 ao estabelecerem, por exemplo, novos critérios contábeis para contratos renegociados, opcionalidade para reconhecer no resultado os custos de transação e valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais, postergação dos requisitos aplicáveis à contabilidade de *hedge*, dentre outros, além de dispor sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, dentre outros.
- Resolução CMN nº 4.975/2021, atualizada pela Resolução CMN nº 5.101/2023 – com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Após as análises, a Administração concluiu que não haverá impacto na adoção da norma.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria “hedge” de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo “rating” em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica “Outros créditos – Títulos e créditos a receber”.

Seguindo recomendação do Bacen, o Banco compara o valor de provisão calculado via Resolução CMN nº 2.682/99 com o valor de perda esperada calculado via parâmetros IFRS 9. Nos casos em que o valor da matriz é maior que a provisão calculada, efetuamos o complemento de provisão para refletir o pior cenário. Este valor está registrado na rubrica Outras obrigações diversas – “provisão adicional”.

f) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pro rata” dia, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos

- O investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial que esteja disponível para venda imediata e cujo alienação seja altamente provável deve ser transferido para linha de investimento mantido para venda;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, são registradas ao valor de custo.

i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados indícios de perda no valor recuperável de ativos.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que

incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%. O Banco contabiliza ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Sobre estes montantes, o Banco aplica as mesmas alíquotas vigentes para os impostos de renda e contribuição social correntes.

p) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

q) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, dos riscos fiscais, obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações

O Grupo SG oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

No Conglomerado, o nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido na Declaração de Apetite por Riscos (“RAS” ou “*Risk Appetite Statement*”), de acordo com a natureza de suas operações e com a complexidade de seus produtos, serviços e atividades, e em conformidade com os requisitos constantes na Resolução CMN nº 4.557/2017. Os indicadores de risco na RAS são produzidos e reportados pelas áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos e o Comitê de Riscos são responsáveis pela Governança estabelecida referente ao monitoramento e reporte das métricas da RAS, incluindo o tratamento de violações aos limites aprovados, a revisão e a aprovação das ações de remediação definidas. Em particular, as áreas responsáveis pela gestão de cada tipo de risco devem reportar excessos ou violações de forma tempestiva ao Diretor de Riscos (“CRO” ou “*Chief Risk Officer*”) e para os membros do Comitê de Riscos, que incluem, dentre outros, os Diretores Executivos do Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco, sendo que a avaliação dos riscos é parte integrante da tomada de decisão estratégica no Banco.

O Relatório de Pilar 3, que contempla informações sobre o gerenciamento de riscos e de capital, conforme requisitos constantes na Resolução CMN n 4.557/2017 e na Resolução BCB nº 54/2020, não faz parte dessas “Demonstrações Financeiras” e está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br.

I. Risco de Crédito

Em linha com as melhores práticas do mercado, e seguindo os requerimentos regulatórios do Banco Central do Brasil, o gerenciamento de risco de crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações realizadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada do portfólio.

O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada como base na Resolução CMN 2.682/1999 com a Perda Esperada (“ECL” ou “*Expected Credit Loss*”) calculada pelo Grupo. Esta comparação é efetuada individualmente, por cliente, e a provisão é incrementada e igualada à ECL se essa última for maior

II. Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das

taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações existentes no Banco são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as operações vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

2.1 Técnicas de Mensuração do Risco de Mercado

a.1) Valor em Risco (“Value at Risk” ou “VaR”)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco.

Abaixo o VaR da carteira de negociação calculada.

Dezembro de 2024	-2.555
Dezembro de 2023	-3.290

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco, a metodologia de “Análise de Sensibilidade” é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de Risco de Mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos.

a.3) Testes de Estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições do Banco.

No Banco, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo SG de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

2.2 Risco de Câmbio

O Banco está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes em seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente e ao longo do dia através da apuração do cálculo da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

2.3 Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para o Banco. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. A área de Risco de Liquidez monitora diariamente os ativos líquidos e os fluxos de caixa projetados em cenário de normalidade e em cenários de estresse do Banco, incluindo os limites de caixa mínimo e de estresse definidos para o monitoramento e reporte diários.

IV. Risco Operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado é realizada de forma contínua e integrada para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo SG, com as exigências de Basiléia II, com os requisitos constantes na Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a Governança descrita na Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Prudencial do Societé Générale Brasil. Inclui também o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros.

O Conglomerado possui uma equipe de Gestão de Risco Operacional & Controles Internos, que é uma estrutura apartada das linhas de negócios e suporte, está sob a gestão do Diretor de Operações (“COO” ou “*Chief Operating Officer*”) e assessora as linhas de negócios e de suporte no cumprimento do gerenciamento dos riscos operacionais e das regulamentações aplicáveis, além de enviar os reportes adequados ao CRO.

Por sua vez, o CRO possui estrutura independente, segregada da unidade executora e da atividade de auditoria interna, que supervisiona de forma independente as atividades das linhas de negócios e suporte, incluindo a equipe de Gestão de Risco Operacional & Controles Internos. Dentre outras responsabilidades, deve assegurar a função de análise e de desafio eficaz da estrutura de gestão dos riscos operacionais em sua identificação e avaliação.

O Conglomerado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo de Basileia II (nota explicativa nº 24); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática de incidentes e perdas operacionais e manutenção do histórico; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) revisão dos controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“Compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de Novos Produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados desse conjunto de instrumentos e programas são revisados periodicamente pelo Comitê de Riscos, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

V. Risco de Capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital, de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelos Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA” ou “*Risk Weighted Assets*”), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite por riscos estabelecido e periodicamente reportados à Diretoria Executiva;

II - Plano de Capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações descritas anteriormente são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa pertencente ao Conglomerado e então submetidas ao Comitê de Riscos para apreciação.

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do Comitê de Riscos, que se reúne ao menos 6 vezes por ano.

O Conglomerado mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, apurando mensalmente o capital regulatório e seu consumo de acordo com a Resolução CMN nº 4.955/2021 e

demais normas relacionadas, que são emitidas pelo Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, o Conglomerado estima anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos em cenário de normalidade e em estresse, baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, com a aprovação dos membros do Comitê de Riscos. As estimativas referentes ao capital requerido no horizonte de 3 anos podem ser revisadas a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa Política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos limites mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	Comitê de Riscos
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	Comitê de Riscos & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Disponibilidades	16.025	40.178
Aplicações no mercado aberto	4.205.863	2.351.220
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.000	-
Aplicações em moedas estrangeiras	-	36.335
Total	4.232.888	2.427.733

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2024	A vencer até 3					Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Aplicações no mercado aberto	4.712.493	-	-	-	-	4.712.493
Aplicações em depósitos interfinanceiros (*)	36.348	116.018	198.728	59.523	151	410.768
Aplicações em moedas estrangeiras	325.104	-	-	-	-	325.104
Total	5.073.945	116.018	198.728	59.523	151	5.448.365
				Curto prazo		5.189.963
				Longo prazo		258.402
						5.448.365

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer até 3					Total
	meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Aplicações no mercado aberto	2.860.084	-	-	-	-	2.860.084
Aplicações em depósitos interfinanceiros	16.159	36.467	62.861	17.979	-	133.466
Aplicações em moedas estrangeiras	36.335	-	-	-	-	36.335
Total	2.912.578	36.467	62.861	17.979	-	3.029.885
				Curto prazo		2.949.045
				Longo prazo		80.840
						3.029.885

(*) Devido à venda da SGEF Brasil para o Grupo BPCE, para o exercício de 31 de dezembro de 2024, as aplicações em depósitos interfinanceiros que são 100% realizadas com a controlada, serão liquidadas pelo valor de mercado no closing date, 28 de fevereiro de 2025. Portanto, foi reconhecido um resultado negativo de R\$ 12.122 referente a MtM das aplicações em depósitos interfinanceiros com Ligada (Nota explicativa nº 14).

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 204 e 31 de dezembro de 2023 por categoria:

	2024		2023	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	25.595	25.461	28.688	28.921
Títulos para negociação:	25.595	25.461	28.287	28.520
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.471	1.471	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.457	7.373	86	86
Notas do Tesouro Nacional - NTN	16.667	16.617	28.201	28.434
Títulos disponíveis para venda:	-	-	401	401
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	401	401
Vinculados à prestação de garantias:	861.016	779.965	791.381	797.112
Títulos para negociação:	195.817	179.751	93.538	96.219
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.872	7.865	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.927	13.846	11.182	11.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	174.018	158.040	82.356	84.902
Títulos disponíveis para venda:	665.199	600.214	697.843	700.893
Letras do Tesouro Nacional - LTN	613.297	548.312	651.111	654.161
Cotas de fundos de investimento	51.902	51.902	46.732	46.732
Total	886.611	805.426	820.069	826.033

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda	2024					
	Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN		613.297	548.312	(64.985)	29.243	(35.742)
Cotas de fundos de investimento		51.902	51.902	-	-	-
Total		665.199	600.214	(64.985)	29.243	(35.742)
Títulos disponíveis para venda	2023					
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda	
Letras do Tesouro Nacional - LTN		651.512	654.562	3.050	(1.373)	1.677
Cotas de fundos de investimento		46.732	46.732	-	-	-
Total		698.244	701.294	3.050	(1.373)	1.677

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

c) Composição por prazo de vencimento

	2024			2023		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	51.902	51.902	-	46.732	46.732
A vencer até 3 meses	15.992	-	15.992	13	-	13
A vencer entre 3 e 12 meses	-	-	-	38	277.747	277.785
A vencer entre 1 e 3 anos	53.672	369.731	423.403	14.187	142.382	156.569
A vencer entre 3 e 5 anos	25.812	135.015	160.827	23.149	234.433	257.582
A vencer entre 5 e 15 anos	109.736	43.566	153.302	87.352	-	87.352
Total	<u>205.212</u>	<u>600.214</u>	<u>805.426</u>	<u>124.739</u>	<u>701.294</u>	<u>826.033</u>
		Curto prazo	257.114		Curto prazo	449.218
		Longo prazo	<u>548.312</u>		Longo prazo	<u>376.815</u>
			<u>805.426</u>			<u>826.033</u>

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

d) Composição por emissor

	2024	2023
Títulos para negociação	<u>205.212</u>	<u>124.739</u>
Públicos	<u>205.212</u>	<u>124.739</u>
Governo Federal	205.212	124.739
Títulos disponíveis para venda	<u>600.214</u>	<u>701.294</u>
Públicos	<u>548.312</u>	<u>654.562</u>
Governo Federal	548.312	654.562
Privado	<u>51.902</u>	<u>46.732</u>
Cotas de fundos de investimento	51.902	46.732
Total	<u>805.426</u>	<u>826.033</u>

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swap, operações a termo e NDF por indexador:

e.1) "Swap" e NDF

Em 31 de dezembro de 2024

Indexador	Modalidade	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber	Curva - Diferencial a pagar	Mercado - Diferencial a receber	Mercado - Diferencial a pagar
CDI CETIP x EURIBOR 6M	FLUXO DE CAIXA	268.110	-	(46.921)	-	(45.806)
DOLAR x SOFR	FLUXO DE CAIXA	1.551.081	2.071	(1.806)	20.103	(15.857)
EURIBOR 6M x EURO VDA	FLUXO DE CAIXA	268.110	155	-	172	-
Pré x EUR BFIX Londres	FLUXO DE CAIXA	17.340	85	(1.388)	99	(1.282)
Pré x EURO VDA	FLUXO DE CAIXA	158.543	15.387	(17.248)	15.387	(24.859)
COROA NORUEGUES x Pré	NDF	42.068	1.313	(35)	2.136	(50)
DOLAR CANADENSE x Pré	NDF	23.858	783	-	856	-
DOLAR VDA x Pré	NDF	15.410.390	1.344.620	(1.040)	1.421.698	(2.642)
EURO VDA x Pré	NDF	2.091.074	71.798	(2.178)	98.696	(3.840)
LIBRA ESTERLINA x Pré	NDF	57.110	2.609	-	3.136	(23)
Pré x COROA NORUEGUES	NDF	70.928	-	(2.053)	2	(3.484)
Pré x DOLAR CANADENSE	NDF	3.658	-	(65)	-	(59)
Pré x DOLAR VDA	NDF	5.991.426	146	(489.560)	1.602	(510.637)
Pré x EUR BFIX Londres	NDF	3.231	17	-	12	-
Pré x EURO VDA	NDF	2.881.196	524	(177.009)	915	(220.092)
Pré x LIBRA ESTERLINA	NDF	126.249	-	(3.533)	-	(5.071)
Pré x RENMINBI HONG K	NDF	321.187	3.537	(18.515)	3.051	(17.816)
Pré x YEN VENDA	NDF	125.895	2.369	(12)	1.459	(26)
RENMINBI HONG K x Pré	NDF	21.411	971	-	923	(11)
YEN VENDA x Pré	NDF	33.914	3.402	-	3.470	-
CDI CETIP x DOLAR VDA	SWAP	117.036	-	(3.395)	-	(2.358)
CDI CETIP x EURIBOR 6M	SWAP	612.130	-	(27.220)	-	(24.142)
CDI CETIP x EURO VDA	SWAP	27.860	-	(3.297)	-	(3.192)
CDI CETIP x Pré	SWAP	675.000	1.733	(377)	73.399	-
CDI CETIP x YEN VENDA	SWAP	1.072.792	-	(58.154)	1.999	(44.795)
DOLAR VDA x CDI CETIP	SWAP	535.603	60.513	-	62.253	-
Pré x CDI	SWAP	1.085.050	16.246	(17.693)	157.452	2.475
Pré x CDI CETIP	SWAP	3.676.451	17.467	(16.136)	-	(245.742)
Pré x DOLAR VDA	SWAP	222.282	-	(51.221)	-	(52.305)
Pré x EUR BFIX Londres	SWAP	126.724	39.183	-	40.295	-
Pré x EURO VDA	SWAP	258.046	-	(10.949)	-	(14.420)
		<u>37.875.753</u>	<u>1.584.929</u>	<u>(949.805)</u>	<u>1.909.115</u>	<u>(1.236.034)</u>

Em 31 de dezembro de 2023

Indexador	Modalidade	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber	Curva - Diferencial a pagar	Mercado - Diferencial a receber	Mercado - Diferencial a pagar
DOLAR x SOFR	FLUXO DE CAIXA	1.038.617	98	476	24.288	(20.146)
Pré x EUR BFIX Londre	FLUXO DE CAIXA	214.931	30.529	-	36.251	-
Pré x EURO VDA	FLUXO DE CAIXA	120.817	6.660	(894)	10.092	(894)
COROA SUECA VEN x Pré	NDF	570	32	-	26	-
DOLAR CANADENSE x Pré	NDF	4.133.812	318	(151.840)	1.369	(146.133)
EURO VDA x Pré	NDF	1.101.508	3.973	(53.091)	3.272	(71.956)
LIBRA ESTERLINA x Pré	NDF	425.006	-	(6.866)	1	(6.797)
Pré x COROA SUECA VEN	NDF	7.595.926	259.023	(32.222)	271.574	(24.686)
RENMINBI HONG K x Pré	NDF	6.291	-	(99)	-	(114)
CDI CETIP x Pré	SWAP	525.000	8.409	-	7.936	(5.969)
CDI CETIP x YEN VENDA	SWAP	782.299	8.809	(24.045)	10.193	(23.000)
Pré x CDI	SWAP	1.185.627	28.392	(28.920)	72.847	(1.767)
Pré x CDI CETIP	SWAP	1.240.000	-	(10.436)	49.387	(2.205)
Pré x EUR BFIX Londre	SWAP	502.854	198.039	-	218.495	-
Pré x EURO VDA	SWAP	371.291	5.670	(7)	9.153	-
		<u>19.244.549</u>	<u>549.952</u>	<u>(307.944)</u>	<u>714.884</u>	<u>(303.667)</u>

	2024	2023
<u>Operações a termo</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Valor dos contratos</u>
Compras a termo a receber	-	408.291
Obrigações por compra de termo a pagar	-	(408.422)
Total	-	(131)

Diferencial e prêmios a receber (pagar) – Swap, operações a termo e NDF

	2024	2023
Saldo registrado no ativo:	1.909.115	1.123.175
Saldo registrado no passivo:	(1.236.034)	(712.089)
Diferencial líquido a receber/(pagar)	<u>673.081</u>	<u>411.086</u>

e.2) Mercado futuro

Mercadoria	2024		2023	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
DDI	8.236.232	8.201	7.948.853	25.987
DI	8.852.360	6.935	5.859.169	1.550
Dólar	3.527.357	5.068	777.032	(2.186)
Wdo	2.257.530	(3.981)	1.170.093	2.478
Total	22.873.479	16.223	15.755.147	27.829

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 541.522 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 664.928 em 31 de dezembro de 2023).

Os contratos de “swap”, NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2024	Valores referenciais					Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	1.632.848	2.107.343	4.488.088	892.797	1.551.081	10.672.157
Operações a Termo NDFs	11.049.845	11.088.765	5.060.844	4.142	-	27.203.596
Futuros	10.211.859	8.526.756	3.443.970	609.612	81.282	22.873.479
Operações a Termo	-	-	-	-	-	-
Total	22.894.552	21.722.864	12.992.902	1.506.551	1.632.363	60.749.232
					Curto prazo	44.617.416
					Longo prazo	16.131.816
						60.749.232

Em 31 de dezembro de 2023	Valores referenciais					Total de contratos
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	286.339	951.789	3.405.523	344.348	993.437	5.981.436
Operações a Termo NDFs	6.162.667	6.188.701	645.741	266.004	-	13.263.113
Futuros	7.729.522	4.478.250	3.092.687	393.117	61.571	15.755.147
Operações a Termo	408.423	-	-	-	-	408.423
Total	14.586.951	11.618.740	7.143.951	1.003.469	1.055.008	35.408.119
					Curto prazo	26.205.691
					Longo prazo	9.202.428
						35.408.119

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os seguintes resultados:

	2º semestre	Exercício	
		2024	2023
NDF	642.814	828.226	(38.746)
Swap	(259.747)	(363.275)	316.135
Mercado futuro	64.703	652.220	(683.195)
Mercado a termo	401	132	(132)
Total	448.171	1.117.303	(405.938)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge é realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

“Hedge” fluxo de caixa	2024		2023	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(6.510)	-	(15.265)	-
DDI	6.189	(5.691)	14.107	(15.596)
DI		5.053	-	14.493
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		20		175
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(9)		(79)
Valor líquido de impostos (nota 18.f)		11		96

f) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação

regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
FI LIQUIDEZ CÂMARA B3 MULTIMERCADO IE		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	<u>51.902</u>	<u>46.732</u>

8 NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	<u>16.223</u>	<u>27.829</u>
Total	<u>16.223</u>	<u>27.829</u>
Curto prazo	<u>16.223</u>	<u>27.829</u>

b) Passivo - Outras obrigações

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Operação:</u>		
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	<u>66</u>	<u>182</u>
Total	<u>66</u>	<u>182</u>
Curto prazo	<u>66</u>	<u>182</u>

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Empréstimos e títulos descontados	35.511	237.104
Financiamentos	<u>14.736</u>	<u>26.402</u>
Total das operações de crédito	<u>50.247</u>	<u>263.506</u>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	105.179	37.916
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	816	1.463
Outros créditos – títulos e créditos a receber	<u>166.576</u>	<u>70.189</u>
Total de outros créditos	<u>272.571</u>	<u>109.568</u>
Total do risco da carteira	<u>322.818</u>	<u>373.074</u>

b) Diversificação por atividade:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Setor privado:		
Indústria	29.652	61.265
Comércio	153.816	249.036
Pessoas físicas	255	308
Prestação de serviços	122.755	47.682
Outros serviços	16.340	14.783
Total	<u>322.818</u>	<u>373.074</u>

c) Vencimento:

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Prazo:				
Vencidas	12.264	3,80	2.960	0,79
A vencer até 3 meses	15.849	4,91	15.830	4,24
A vencer de 3 a 12 meses	8.955	2,77	291.855	78,23
A vencer de 1 a 3 anos	157.854	48,90	33.807	9,07
A vencer de 3 a 5 anos	127.896	39,62	28.622	7,67
Total	<u>322.818</u>	<u>100,00</u>	<u>373.074</u>	<u>100,00</u>

d) Concentração da carteira de crédito:

	<u>2024</u>		<u>2023</u>	
	<u>Valor</u>	<u>% sobre a carteira</u>	<u>Valor</u>	<u>% sobre a carteira</u>
Principal devedor	100.308	31,07	215.290	57,71
10 seguintes maiores devedores	150.358	46,58	103.727	27,80
20 seguintes maiores devedores	52.860	16,37	41.718	11,18
50 seguintes maiores devedores	19.292	5,98	12.339	3,31
Total	<u>322.818</u>	<u>100,00</u>	<u>373.074</u>	<u>100,00</u>

e) Nível de risco e Provisão por nível de risco:

Nível	%	2024				2023			
		Curso		Total	Provisão	Curso		Total	Provisão
		Normal	Vencidos			Normal	Vencidos		
AA	0,0%	107.192	-	107.192	-	-	-	-	-
A	0,5%	45.700	-	45.700	230	82.454	-	82.454	412
B	1,0%	155.196	616	155.812	1.558	265.111	-	265.111	2.651
C	3,0%	1.988	-	1.988	60	14.531	1.292	15.823	475
D	10,0%	-	1.020	1.020	101	-	-	-	-
E	30,0%	26	-	26	8	2.838	1.668	4.506	1.352
F	50,0%	452	-	452	226	-	-	-	-
G	70,0%	-	-	-	-	4.254	-	4.254	2.978
H	100,0%	-	10.628	10.628	10.628	926	-	926	926
Provisão mínima		<u>310.554</u>	<u>12.264</u>	<u>322.818</u>	<u>12.811</u>	<u>370.114</u>	<u>2.960</u>	<u>373.074</u>	<u>8.794</u>
Provisão adicional (*)					<u>854</u>				<u>20</u>
Total					<u>13.665</u>				<u>8.814</u>

(*) O valor de provisão adicional é referente ao ajuste de perdas de crédito esperadas contabilizado seguindo instruções do BACEN. O Banco compara a provisão local (Resolução CMN nº 2.682/99) calculada com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para fins de atendimento a norma de IFRS 9. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS 9 se essa última for maior. Neste exercício, houve uma constituição no valor de R\$ 833 (reversão de provisão de R\$ 48 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023).

Houve baixa para prejuízo no valor de (R\$ 1.679) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023). Houve renegociação de operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 24.724 (R\$ 2.007 em 31 de dezembro de 2023).

10 PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é assim resumida:

	2º semestre	2024	2023
Saldo inicial	10.486	8.794	10.063
Constituição / (Reversão)	4.004	5.696	(1.269)
Baixas para prejuízo	(1.679)	(1.679)	-
Saldo final	<u>12.811</u>	<u>12.811</u>	<u>8.794</u>
Constituição / (Reversão)			
Adicional IFRS 9	846	846	(48)
Curto prazo	10.933	10.933	6.537
Longo prazo	1.878	1.878	2.257
Total	<u>12.811</u>	<u>12.811</u>	<u>8.794</u>

11 CARTEIRA DE CÂMBIO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	8.003.468	6.634.597
Direitos sobre venda de câmbio	7.353.324	6.957.847
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(40.262)	(15.451)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	816	1.463
Total	<u>15.317.346</u>	<u>13.578.456</u>
Curto prazo	12.296.375	10.466.616
Longo prazo	<u>3.020.971</u>	<u>3.111.840</u>
Total	<u>15.317.346</u>	<u>13.578.456</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	8.402.126	6.830.044
Obrigações por compra de câmbio	7.364.435	6.810.832
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	<u>(105.179)</u>	<u>(37.916)</u>
Total	<u>15.661.382</u>	<u>13.602.960</u>
Curto prazo	12.529.178	10.432.864
Longo prazo	<u>3.132.204</u>	<u>3.170.096</u>
Total	<u>15.661.382</u>	<u>13.602.960</u>

12 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	14	288
Devedores por depósitos em garantia (*)	431.148	410.768
Impostos e contribuições a compensar	30.388	85.554
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 20a)	81	81
Devedores diversos no exterior (nota explicativa nº 20a)	22.135	-
Outros	799	1.725
Total	<u>484.565</u>	<u>498.416</u>
Curto prazo	23.030	2.093
Longo Prazo	<u>461.535</u>	<u>496.323</u>
	<u>484.565</u>	<u>498.416</u>

(*) Refere-se basicamente a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 175.420 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 166.862 em 31 de dezembro de 2023) e pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 50.330 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 47.398 em 31 de dezembro de 2023). Em

02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais, trabalhistas e cíveis do Banco Cacique. O valor atualizado em 2024 é de R\$ 26.927 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 29.273 em 31 de dezembro de 2023). Em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM, o valor atualizado em 31 de dezembro 2024 é de R\$ 132.141 (R\$ 126.333 em 31 de dezembro de 2023).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros (nota explicativa nº 19 a)	30.155	-
Impostos e contribuições a recolher	8.656	2.763
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19 d)	147.454	140.833
Total	<u>186.265</u>	<u>143.596</u>
Curto prazo	38.677	2.763
Longo Prazo	<u>147.588</u>	<u>140.833</u>
	<u>186.265</u>	<u>143.596</u>

c) Outras obrigações - diversas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão com despesas de pessoal	29.912	26.721
Provisão para despesas de publicação	54	54
Provisão para pagamentos a fornecedores	2.066	1.685
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 20 a)	17.849	15.846
Provisão para despesas de auditoria	115	30
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	865	693
Provisão para garantias prestadas (*)	-	40
Provisão adicional	854	20
Outras	13	256
Total	<u>51.728</u>	<u>45.345</u>
Curto prazo	51.728	29.460
Longo Prazo	<u>-</u>	<u>15.885</u>
	<u>51.728</u>	<u>45.345</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2024 R\$ 552.731 (R\$ 214.504 em 31 de dezembro de 2023).

d) Outras obrigações – passivos contingentes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i)	188.110	183.355
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	25.239	20.634
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	3.054	3.088
Total	<u>216.403</u>	<u>207.077</u>
Curto prazo	-	-
Longo Prazo	<u>216.403</u>	<u>207.077</u>
	<u>216.403</u>	<u>207.077</u>

13 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 d)	188.110	183.355
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 d)	25.239	20.634
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 d)	3.054	3.088
Total	<u>216.403</u>	<u>207.077</u>

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	183.355	20.634	3.088	207.077
Constituição (nota explicativa nº 23)	5.374	58	21	5.453
Ajustes/Baixas	(1)	(1)	-	(2)
Reversão (nota explicativa nº 22)	(9.477)	(896)	(854)	(11.227)
Atualização (nota explicativa nº 23)	8.859	5.444	799	15.102
Saldo final	<u>188.110</u>	<u>25.239</u>	<u>3.054</u>	<u>216.403</u>

Devedores por depósitos em garantia	411.630	13.140	6.378	431.148
--	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2023

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	251.496	24.927	4.898	281.321
Constituição (nota explicativa nº 23)	-	413	-	413
Ajustes/Baixas	-	-	1	1
Reversão (nota explicativa nº 22)	(82.186)	(5.258)	(2.041)	(89.485)
Atualização (nota explicativa nº 23)	14.045	552	230	14.827
Saldo final	<u>183.355</u>	<u>20.634</u>	<u>3.088</u>	<u>207.077</u>

Devedores por depósitos em garantia	388.457	16.221	6.090	410.768
--	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda possível:

Em 31 de dezembro de 2024

	Riscos fiscais e	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis
	Valor do risco	Valor reclamado	Valor reclamado
Perdas possíveis	<u>334.024</u>	<u>-</u>	<u>3.205</u>

Em 31 de dezembro de 2023

	Riscos fiscais e	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis
	Valor reclamado	Valor reclamado	Valor reclamado
Perdas possíveis	<u>311.739</u>	<u>-</u>	<u>1.590</u>

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 161.898 (R\$ 149.185 em 31 de dezembro de 2023);
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 9.432 (R\$ 9.234 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 50.330 (R\$ 47.398 em 31 de dezembro de 2023);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 62.967 (R\$ 60.059 em 31 de dezembro de 2023);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 12 a) - em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 146.615 (R\$ 137.959 em 31 de dezembro de 2023);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra o Banco em 17 de outubro de 2022, pela glosa de operações de contratos futuros nas bases de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017 – em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 32.896 (R\$ 30.325 em 31 de dezembro de 2023).

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor do Banco no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 – Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2024 ou em exercícios anteriores.

Trabalhistas:

A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique S.A., o Banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

14 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	SG Equipment Finance S.A.-	
	Arrendamento	Mercantil
	2024 (*)	2023
Informações das controladas:		
Capital social	84.398	84.398
Ordinárias	1.537.587	1.537.587
Preferenciais	1.537.587	1.537.587
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	-	93.891
Lucro/(Prejuízo) do período	(1.256)	12.000
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	93.891	81.973
Aumento de capital	70.000	-
Distribuição de dividendos	(46)	(76)
Resultado de equivalência patrimonial	4.799	12.000
Plano de pagamento baseado em ações nas controladas	170	(6)
Transferência para investimento mantido para venda	(168.814)	-
Saldos no final do período	-	93.891

(*)VENDA PARTICIPAÇÃO SGEF BRASIL

Em 11 de abril de 2024 foi divulgado que o Grupo SG assinou a Carta de Intenção (ou MoU – Memorandum of Understanding) com o Grupo BPCE (um dos maiores grupos bancários na França), referente à intenção de venda das atividades da Société Générale Equipment Finance, que inclui a Societe Generale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil. A AGE (Assembléia Geral Extraordinária) referente a intenção de venda foi assinada localmente pelo Banco Societe Générale Brasil S.A. em 19 de julho de 2024, e comunicada ao Banco Central do Brasil. Em 29 de julho de 2024 foi assinado o SAPA - Share and Asset Purchase Agreement entre o Grupo SG (vendedor) e BPCE S.A. (comprador) formalizando a compra e venda da unidade de negócio global da Société Générale Equipment Finance.

Em 02 de outubro de 2024 foi assinada a Ata para aumento de capital no valor de R\$ 70.000 na SGEF Brasil. E o aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 05 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco provisionou uma perda esperada (“*impairment*”) devido a venda da SGEF Brasil, conforme o cálculo abaixo. Nessa mesma data, foi feita a transferência de investimento permanente para investimento mantido para venda.

Em 13 de janeiro de 2025 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência, com condições, do controle societário da SGEF Brasil para o BPCE S.A..

Em 28 de fevereiro de 2025 houve o closing date da venda e foram assinados os contratos de prestações de serviços entre o Banco e o BPCE S.A..

Em 04 de março de 2025, o Banco recebeu o valor da venda do Société Générale Paris.

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>
Valor da venda (Euro)	€	17.900
PTAX EUR venda (31 de dez de 24)		6,4363
Valor em BRL	R\$	115.210
Patrimônio líquido ajustado SGEF nov-24	R\$	<u>168.860</u>
Provisão para perda na venda de controlada	23	<u>(53.650)</u>
Patrimônio líquido ajustado SGEF dez-24 (*)	R\$	168.814
Investimento mantido para venda	R\$	115.164

15 DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total		
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Sem vencimento	5.478	17.408	-	-	-	-	5.478	17.408	
Até 3 meses	-	-	39.614	53.526	34	-	39.648	53.526	
De 3 meses a 1 ano	-	-	1.563.649	455.125	-	10.954	1.563.649	466.079	
De 1 a 3 anos	-	-	100.474	189.091	95.723	40.175	196.197	229.266	
De 3 a 5 anos	-	-	2.296	-	-	-	2.296	-	
Total	5.478	17.408	1.706.033	697.742	95.757	51.129	1.807.268	766.279	
							Curto prazo	1.608.775	537.013
							Longo prazo	198.493	229.266
								1.807.268	766.279

16 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2024	A vencer até 3				Total	
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
Carteira de terceiros	441.134	-	-	-	441.134	
Carteira de Livre Movimentação	-	29.079	19.804	104.457	153.340	
Total	441.134	29.079	19.804	104.457	594.474	
					Curto prazo	441.134
					Longo prazo	153.340
						594.474
Em 31 de dezembro de 2023	A vencer até 3				Total	
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
Carteira de terceiros	80.017	-	-	-	80.017	
Carteira de Livre Movimentação	-	3.244	17.063	80.083	100.390	
Total	80.017	3.244	17.063	80.083	180.407	
					Curto prazo	80.017
					Longo prazo	100.390
						180.407

17 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2024		2023	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	103.521	(19.349)	6.684	(1.786)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.915.435	(826.917)	2.204.564	139.292
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	6.505	(121.629)	15.016	(12.814)
Subtotal	<u>3.025.461</u>	<u>(967.895)</u>	<u>2.226.264</u>	<u>124.692</u>
Repasse do exterior				
Obrigações por repasses no exterior (d)	-	-	-	(45)
Total	<u>3.025.461</u>	<u>(967.895)</u>	<u>2.226.264</u>	<u>124.647</u>
Curto prazo	3.025.461		2.221.230	
Longo Prazo	-		5.034	
	<u>3.025.461</u>		<u>2.226.264</u>	

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York que serão liquidados em novembro de 2025 e destinados para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 5,99% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (4,89% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a Matriz do Banco, no exterior, vencíveis em janeiro de 2025, sujeitos à variação cambial e juros de até 6,19% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (5,37% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

(c) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a Matriz do Banco, no exterior, com vencimento em janeiro de 2025, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,18% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (4,18% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável em R\$ 5 em 31 de dezembro 2024 (desfavorável em R\$ 299 em 31 de dezembro de 2023).

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2024	2023
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	<u>1.016.948</u>	<u>1.016.948</u>

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com IR/CS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	(16.742)	67.179	(16.742)	67.179
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	4.186	(16.795)	3.348	(13.436)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	1.200	3.000	960	2.400
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(12.633)	(7.668)	(10.106)	(6.134)
-Juros indedutíveis Lei 12.249/10	(5.259)	(1.048)	(4.208)	(838)
-Incentivo fiscal	292	(50)	(56)	(40)
-Outras despesas não dedutíveis	(1.201)	(16.699)	(980)	(13.357)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(2.457)	18.562	(1.965)	14.849
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(1.310)	31.540	(1.048)	25.232
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(161)	(13)	(129)	(10)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	2.320	1.379	1.855	1.104
-Provisão para Transfer Price Agreements	(581)	1.859	(465)	1.487
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	5.790	7.754	4.633	6.203
-Provisão Impairment de Ativo	(13.414)	-	(10.730)	-
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(538)	(608)	(431)	(486)
-Honorários advocatícios	7	(50)	6	(40)
-Provisão Garantias	(199)	18	(159)	14
-Outras diferenças temporárias	104	84	83	68
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas exercícios anteriores	7.273	-	5.818	-
Prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	-	(21.265)	-	(17.016)
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	(16.581)	-	(13.574)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(10.611)	(12.158)	(8.490)	(9.728)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	-	(939)	-	(633)
Total de imposto de renda e contribuição social	(27.192)	(13.097)	(22.064)	(10.361)

O Banco possui prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em 31 de dezembro de 2024, no total de R\$ 79.896 (R\$ 108.985 em 31 de dezembro de 2023), possuindo também diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis de R\$ 331.203 (R\$ 281.688 em 31 de dezembro de 2023), constituindo diferido fiscal ativo apenas sobre a parcela de R\$ 118.688 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 143.216 em 31 de dezembro de 2023), de imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) no montante de R\$ 53.410 (R\$ 64.447 em 31 de dezembro de 2023) em observação a norma BACEN publicada em 30 de julho de 2020 (Resolução CMN nº 4.842/20), especificamente para cumprimento aos Arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 292.411 (R\$ 247.457 em 31 de dezembro de 2023), não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido no valor de R\$ 131.585 (R\$ 111.356 em 31 de dezembro de 2023) por não ter atingido todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos (31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023)

Ativo - Imposto de renda	2024	2023
Prejuízo fiscal e base negativa	79.896	108.985
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	38.792	34.231
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	64.985	-
Total	183.673	143.216
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Ativo fiscal constituído	45.918	35.804
Ativo - Contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	79.896	108.985
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	38.792	34.231
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	64.985	-
Total	183.673	143.216
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Ativo fiscal constituído	36.735	28.643
Total ativo fiscal constituído (Imposto de renda e contribuição social)	82.653	64.447

c) Movimentação dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e ajustes contra o patrimônio líquido (31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023):

	2024	2023
Saldo inicial	64.447	44.992
Constituições / (realizações) Dif. Temp.	(11.037)	35.874
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	29.243	(16.419)
Saldo final	82.653	64.447

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo (31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023):

	2024	2023
Saldo inicial	140.833	82.026
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	(2.358)	56.771
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda	(1.443)	1.046
Receitas com atualização de depósitos judiciais	10.422	990
Saldo final	<u>147.454</u>	<u>140.833</u>

e) Projeção de realização e valor presente dos ativos diferidos (31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023):

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Valor contábil		
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos fiscais diferidos		
Ano	2024	2023
2024	-	32.224
2025	46.597	32.223
2026	36.056	-
Total	<u>82.653</u>	<u>64.447</u>

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 67.183 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 56.121 em 31 de dezembro de 2023).

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2024	2023	2024	2023
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	410.768	133.466	4.312	7.106
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	79	79	509	493
Depósitos à vista	(26)	(205)	-	-
Dividendos a pagar/receber	-	76	-	-
Depósitos interfinanceiros	(95.757)	(51.129)	(3.586)	(4.649)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	325.104	19	3.604	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	2.459	15.855	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(108.474)	(6.684)	(3.706)	(2.430)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	36.316	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	12.546	14.945	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	22.135	-	3.860	11.469
Credores diversos no exterior (**)	(17.849)	(15.846)	(7.390)	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.910.482)	(2.204.564)	(83.683)	(118.614)
Obrigações por empréstimos do exterior	(6.509)	(15.016)	(30.828)	(15.016)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	6	6
Depósitos à vista	(12)	(15)	-	-
Depósitos a prazo	(3.186)	(3.717)	(160)	(220)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(2.710)	(16.173)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	39.113	254.746	84.169	19.973
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	157.451	73.019	(4.814)	73.907
Depósitos a prazo	(10.554)	(9.783)	(396)	(1.137)
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	(15.247)	583	(12.221)	(14.344)
Depósitos a prazo	(10.091)	(11.121)	(259)	(737)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	15.005	30.800	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	410.768	133.466	4.312	7.106
Aplicações em moeda estrangeira	325.104	36.335	3.604	-
Depósitos à vista	(2.748)	(16.393)	-	-
Dividendos a pagar/receber	-	76	-	-
Depósitos a prazo	(23.831)	(24.621)	(815)	(2.094)
Depósitos interfinanceiros	(95.757)	(51.129)	(3.586)	(4.649)
Devedores diversos no exterior (*)	22.135	-	3.860	11.469
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	81	81	515	499
Obrigações em moeda estrangeira	(2.910.482)	(2.204.564)	(83.683)	(118.614)
Credores diversos no exterior (**)	(17.849)	(15.846)	(7.390)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(114.983)	(21.700)	(34.534)	(17.446)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	39.113	254.746	84.169	19.973
Instrumentos financeiros derivativos	142.204	73.602	(17.035)	59.563
TOTAL	(2.211.240)	(1.805.147)	(50.583)	(44.193)

(*) Nota explicativa nº 12 a.

(**) Nota explicativa nº 12 c.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Proventos	12.519	10.515
Contribuição ao INSS	2.986	2.301
Total	<u>15.505</u>	<u>12.816</u>

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	<u>2024</u>			<u>2023</u>		
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>	<u>508.474</u>	<u>508.474</u>	<u>1.016.948</u>

21 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de serviços técnicos especializados	10.816	20.665	17.949
Despesas de processamento de dados	3.215	6.527	6.471
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.474	12.241	11.985
Despesas de aluguéis	2.139	4.467	3.498
Despesas de serviços de terceiros	1.038	2.000	1.827
Despesas de comunicações	475	895	888
Despesas de contribuições filantrópicas	659	1.108	972
Despesas de depreciação e amortização	1.237	2.466	1.651
Despesas com auditoria	759	1.631	1.187
Despesas com custas judiciais	605	1.694	2.518
Despesas com consultoria jurídica	904	2.004	2.632
Outras despesas administrativas	3.527	5.908	4.410
Total	31.848	61.606	55.988

22 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	3.478	9.477	82.186
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	31	896	5.258
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	207	854	2.041
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	2.010	4.848	8.757
Atualização de depósitos judiciais	12.941	25.390	33.087
Acordos judiciais	3.844	3.844	-
Variação cambial	-	136	2.438
Reembolso matriz	28	28	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	500	500	-
Outras rec operacionais	1.287	1.514	1.128
Total	24.326	47.487	134.895

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão de despesas com a matriz	10.376	54.322	18.769
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	244	5.374	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	4.414	8.859	14.045
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	-	58	413
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	1.045	5.444	552
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	-	21	-
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	19	799	230
Provisão para despesas com publicação	27	27	-
Provisão de despesas com auditoria	115	115	-
Provisão para pagamento de honorários advocatícios	807	807	-
Levantamento de depósitos judiciais	-	-	82.186
Variação cambial	4.918	6.177	-
Provisão para perda na venda de controlada (nota explicativa nº 14)	53.650	53.650	-
Outras	-	179	676
Total	75.615	135.832	116.871

24 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basiléia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basiléia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual	
		(Basileia II)	
		2024	2023
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.564.011	1.655.489
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	320.192	302.840
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	34.077	56.264
Valor da margem		1.209.742	1.296.385

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2024		2023	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	225.545	14%	156.254	10%
RWACAM	7.818	0%	5.721	0%
RWAJUR1	6.040	0%	46.333	3%
RWAJUR2	17.354	1%	19.731	1%
RWAJUR3	294	0%	-	0%
PACS	-	0%	16	0%
RWAOPAD	42.529	3%	54.904	4%
RWACVA	20.612	1%	19.881	1%

• Extrapolação

	2024	2023
Índice alcançado	39,08%	43,73%

25 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Grupo SG oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Banco.) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Grupo SG.

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
Plano de ações livres	4.097	3.569	3.559
Plano de ações diferidas	460	988	10
Total	<u>4.557</u>	<u>4.557</u>	<u>3.569</u>
Saldo no início do semestre	4.097	3.569	3.559
Constituição	<u>460</u>	<u>988</u>	<u>10</u>
Saldo no fim do semestre	<u>4.557</u>	<u>4.557</u>	<u>3.569</u>

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 1.433 (R\$ 1.246 em 31 de dezembro de 2023) e pelos funcionários R\$ 1.940 (R\$ 1.665 em 31 de dezembro de 2023).

27 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do lucro e prejuízo básico e diluídos por ação:

	2024		2023
	2º semestre	Exercício	Exercício
(Prejuízo)/Lucro líquido	(61.026)	(65.998)	43.721
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação:			
Quantidade média de ações			
Ordinárias	508.474	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474	508.474
(Prejuízo)/Lucro por ação em R\$ (reais)			
Ordinárias	(60,01)	(64,90)	42,99
Preferenciais	(60,01)	(64,90)	42,99
(Prejuízo)/Lucro atribuído por classe de ação			
Ordinárias	(30.513)	(32.999)	21.861
Preferenciais	(30.513)	(32.999)	21.861

28 IMPACTOS ESTIMADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023

A Resolução CMN nº 4.966/2021 traz alterações substanciais para as instituições financeiras para adequação à nova regra, viabilizando sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2025.

O Banco divulga nessas demonstrações, de forma resumida, o plano de implementação atualizado da Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a

instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

O plano para a implementação da regulamentação contábil foi aprovado originalmente pela diretoria do Banco do dia 06 de dezembro de 2022 e aprovada a atualização no dia 15 de janeiro de 2024 registradas em ata conforme requerimento.

O Banco definiu um cronograma macro com o planejamento da entrega dos itens requeridos na Resolução a qual houve modificações em função da emissão de normas mais específicas.

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual do Banco, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Com a emissão de novos normativos em complemento a referida Resolução, o Banco iniciou o processo de implementação com a avaliação de seus instrumentos financeiros atendendo aos aspectos teóricos da norma. Os seguintes tópicos foram verificados para todos os produtos vigentes no Banco: (a) Determinação do modelo de negócios; (b) Teste de pagamento de principal e juros (SPPJ); (c) Verificação de aplicação de taxa de juros efetiva; (d) novo COSIF e (e) Provisão para perdas esperadas.

(a) Determinação do modelo de negócios e (b) Teste de pagamento de principal e juros.

A determinação do modelo de negócios e o teste SPPJ foram efetuados em conjunto através de questionário respondido pelas áreas de negócios responsáveis pelos produtos. Para cada tipo de produto foi respondido um questionário com base em amostragem com a finalidade de verificar a aderência ao SPPJ. O resultado do questionário determinou a classificação dos instrumentos financeiros entre custo amortizado, valor justo no resultado e valor justo em outros resultados abrangentes. Não são esperadas alterações relevantes na classificação dos produtos.

(c) Verificação de aplicação de taxa de juros efetiva.

O Banco avaliou todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado a fim de determinar se os ativos possuíam custos de transação e valores recebidos e se os passivos possuíam custos de transação e pagamentos efetuados seguindo as determinações da Resolução BCB nº 352/23.

A área de Contabilidade formalizou um questionário para as áreas de negócios e operações a fim de determinar se existiam custos ou valores nos fluxos de caixa das operações que poderiam refletir na constituição da taxa de juros efetiva.

Baseado nos custos e valores a receber e a pagar levantados pelas áreas, a área de Contabilidade efetuou o teste se esses custos e valores são superiores a 1% do resultado total da operação a fim de determinar sua materialidade e possível utilização do parágrafo 2 do artigo 12 da Resolução BCB nº 352/23 de não constituição da taxa de juros efetiva. Todos os testes estão documentados em política e as evidências devidamente documentadas.

(d) Novo plano de contas COSIF

Com a emissão das últimas normas no novo COSIF em junho de 2024, o Banco iniciou o processo de reconciliação com o plano de contas atual. Após essa revisão serão levantadas as alterações necessárias nos sistemas legados e contábil.

(e) Provisão para perdas esperadas

O Banco passou a fazer parte do segmento S4 do Conglomerado Prudencial a partir de janeiro de 2024. Como Conglomerado S4, o Banco irá adotar a Metodologia Simplificada de Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco e está avaliando a utilização dos parâmetros de Perda Esperada (PD e LGD) desenvolvidos pelas áreas de modelagem do Grupo SG para o cálculo das Perdas Esperadas, com foco no estabelecimento da Governança adequada e seguindo os requerimentos constantes, principalmente, no artigo 51 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito (Stop Accrual);
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de Hedge; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como o Banco trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que o Banco entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pelo Banco, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- RESPONSABILIDADES: QUAIS ÁREAS SERÃO RESPONSÁVEIS PELAS MODIFICAÇÕES/MANUTENÇÕES RELATIVAS ÀS MUDANÇAS NORMATIVAS
 - a) Modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A metodologia simplificada interna utilizada pelo Banco no cálculo das Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito ($PE = PD \times LGD \times EAD \times FCC$) utiliza os seguintes parâmetros desenvolvidos pelo Grupo SG: PD (Probabilidade de *Default*): probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação; LGD (Perda dada a ocorrência de *Default*): percentual esperado de perda no caso

de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação; EAD (Exposição no momento do *Default*): exposição em risco quando o instrumento for caracterizado como ativo com problema de recuperação, que é igual ao valor contábil bruto dos ativos financeiros que estão dentro do balanço ou igual ao valor da garantia, aval ou fiança emitida, nas operações que estão fora do balanço; FCC (Fator de Conversão de Crédito): fator utilizado para estimar o valor das exposições que estão fora do balanço do BSGB, como avais ou fianças emitidas, que podem ser convertidas em exposições de crédito caso sejam executadas. Na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 352/2023 em 1º de janeiro de 2025, no que diz respeito à metodologia simplificada interna e à metodologia padronizada de cálculo das perdas incorridas e provisão adicional, não foram identificados impactos significativos para o Banco, uma constituição, líquida de impacto tributário, de menos de 0,2% do Patrimônio Líquido do Banco.

- b) Após as análises, concluímos que não houve impacto na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.
- c) Mudança na contabilização de Câmbio e Implementação de MtM

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece a mudança na contabilização das operações de Câmbio, que a partir de 1º de janeiro de 2025 passarão a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos, e o notional contabilizado na conta de compensação. Com base no Artigo 4º da mesma Resolução, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na categoria valor justo no resultado. O impacto em 1º de janeiro de 2025 foi uma constituição de aproximadamente R\$ 58 milhões, líquidos de efeitos tributários, e registrado na linha de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025.

- d) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%. O Banco contabiliza ativos e passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores. Sobre estes montantes, o Banco aplica as alíquotas vigentes para os impostos de renda e contribuição social correntes.

Em janeiro 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, entra em vigor alterando o tratamento tributário de dedutibilidade sobre as perdas incorridas em operações com característica de concessão de crédito. O Banco avaliou aplicação da Lei e não são esperados impactos significativos nas apurações do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes e diferidos.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Adoção taxa de câmbio à vista: SPOT

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco passou a adotar o Artigo 5º da Resolução CMN nº 4.924/2021 que autoriza a utilização da taxa de câmbio à vista “SPOT” divulgado pela B3 S.A., em vez da taxa publicada pelo Banco Central do Brasil “PTAX”, para conversão da posição no balanço em moeda estrangeira para a moeda nacional. O impacto em 1º de janeiro de 2025 foi uma constituição de R\$ 1.211, líquidos de efeitos tributários, e registrado na linha de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025.

- b) Venda da SGEF Brasil

Vide Nota explicativa nº 14.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CFE5C5CC-9A60-449B-AB5C-FA0590C028FA

Status: Concluído

Assunto: BCOSOCIETEGENERALEBRASIL24.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 56

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Arthur Dante

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

arthur.dante@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.202

Rastreamento de registros

Status: Original

25 de março de 2025 | 20:20

Portador: Arthur Dante

arthur.dante@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

25 de março de 2025 | 22:20

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Maria José Cury

ID: 103.571.768-98

Cargo do Signatário: Sócia de Auditoria

maria.jose.cury@pwc.com

Sócia

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

CPF do signatário: 10357176898

Cargo do Signatário: Sócia de Auditoria

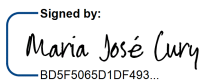
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 21 de fevereiro de 2022 | 20:53

ID: 9ac7c65b-eae2-4d38-93cb-8e943420702c

Nome da empresa: PwC

Assinatura

Signed by:

 BD5F5065D1DF493...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.65

Registro de hora e data

Enviado: 25 de março de 2025 | 20:21

Visualizado: 25 de março de 2025 | 21:57

Assinado: 25 de março de 2025 | 22:20

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Arthur Dante

Copiado

Enviado: 25 de março de 2025 | 22:20

arthur.dante@pwc.com

Visualizado: 25 de março de 2025 | 22:20

Manager

Assinado: 25 de março de 2025 | 22:20

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
-------------------------	---------------	--------------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	25 de março de 2025 20:21
Entrega certificada	Segurança verificada	25 de março de 2025 21:57
Assinatura concluída	Segurança verificada	25 de março de 2025 22:20
Concluído	Segurança verificada	25 de março de 2025 22:20

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.